

Movimentos Sociais, Povos Tradicionais e Território

Francisco Pontes de Miranda Ferreira

Geógrafo e Jornalista

Introdução

Devido ao aumento das tensões pelo acesso aos recursos naturais, os conflitos ambientais e territoriais tendem a aumentar em todo o mundo. A economia capitalista que produz e consome em grande escala necessita cada vez de mais território para explorar. Necessita também de mais consumidores e trabalhadores. Trata-se de uma proposta econômica totalmente insustentável. Aumenta assim a disputa pelo controle, acesso e comércio dos bens naturais. Fato que causa a destruição das florestas, a poluição dos recursos hídricos e o deslocamento das populações de seus territórios e de sua cultura. Entretanto, um grande movimento global de adequação ecológica e social está soerguendo como resposta ao modelo industrial, urbano e consumista. As aldeias tradicionais surgem como principal inspiração para esse novo movimento de justiça social. Merece especial atenção o valor simbólico da natureza presente nas crenças tradicionais que necessita ser resgatado. MARTINEZ-ALIER (2012) argumenta a relevância da sacralidade da natureza que assim como outros valores são "incomensuráveis" ante o econômico.

Temos que destacar também a desigualdade que envolve o consumo do território e de objetos e os danos ambientais. Fato que justifica os movimentos populares. MARTINEZ-ALIER (2012) cita alguns importantes movimentos populares que envolvem as questões acima colocadas como o de Aschio no Japão no início do século XX. Metais pesados contaminaram a água utilizada por camponeses, provocados pela mineração de cobre da

corporação Furukawa. O movimento dos camponeses teve como líder Tanaka Shozo – considerado o pai de ambientalismo no Japão. Hoje o Japão importa cobre já que esgotou todas suas minas. Fato que provoca a expansão da mineração para novos territórios do mundo. O cobre está diretamente relacionado com a produção de aparelhos eletrônicos e armamentos. Outro exemplo foi a luta camponesa contra a Cerro de Passo Corporation no Peru na década de 1920. A empresa além da mineração investiu em hidrelétricas, ferrovias e diques no território. Mais tarde construiu também uma refinaria. A expansão do cobre continua até hoje no Peru e no Chile. Utilizando-se agora o sistema a céu aberto com elevadas remoções de terra. A mineração do cobre provoca graves doenças respiratórias, além da contaminação da água e do solo. Temos no Peru também a Coordenação Nacional de Comunidades Atingidas pela Mineração (CONACAMI) que atua nesta luta. A empresa britânica, Rio Tinto Zinc é outra responsável pela degradação e eco conflitos em todo o planeta. É o gigante mundial da mineração e da contaminação, associada ao massacre de camponeses na Espanha em 1888. Outro desastre envolvendo a Rio Tinto Zinc foi na ilha de Bougainville em que seus moradores jamais aceitaram a destruição de suas terras sagradas. As compensações que as empresas em alguns casos acabam sendo forçadas a pagar não compensam nem os danos ambientais e muito menos os sentimentos causados pela perda de território por parte das populações atingidas. Martinez-Alier ressalta também o caso da Freeport de New Orleans em que Henry Kissinger foi membro do conselho diretor. Empresa de mineração também ligada à Rio Tinto e que gera enormes destruições na Indonésia. A empresa é a maior fonte de impostos do país e em parceria com o governo local promove repressões violentas contra a população que protesta. Estamos criando cada vez mais instrumentos que utilizam energia para funcionarem. Sem dúvida, as aldeias camponesas e os povos tradicionais são muito mais eficientes no uso da energia do que as sociedades urbanas, industriais e consumistas.

Os manguezais estão ameaçados em vários países. No Equador, Honduras, Tailândia, Indonésia, Filipinas, Malásia e muitos outros pela produção de camarão em cativeiros visando à exportação para a América do

Norte e Europa. No Brasil os mangues estão ameaçados principalmente pela indústria e a especulação imobiliária. Os prejudicados são os povos tradicionais que sempre viveram dos mangues de forma artesanal e com impactos mínimos. Os mangues perdem assim sua função extremamente importante de berçário e reprodução de muitas espécies, de purificação da água e de contenção dos processos erosivos. Em todos os casos onde o manguezal é ameaçado temos redes ambientalistas internacionais e ativistas locais resistindo. Essas populações querem preservar seus modos de vida que garantem o sustento e a preservação ambiental. Em 1998 tivemos a Conferência Internacional Contra a Indústria Camaroneira e seu Comércio na Índia. No Brasil formou-se a organização dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e vários movimentos de resistência de pescadores artesanais na baía de Guanabara no Rio de Janeiro. Em 2000 e em 2018 a baía foi atingida por derramamento de petróleo de uma refinaria estatal. Hoje a região está sendo densamente ocupada por oleodutos, gasodutos, navios petroleiros de grande porte e a construção de um Complexo Petroquímico (COMPERJ). As ameaças às atividades tradicionais são constantes assim como ao próprio manguezal. As obras já atingiram o regime hídrico da região e a poluição provocada pela refinaria vai afetar a Mata Atlântica preservada nos parques, estações ecológicas e reservas do entorno.

O desejo de obter bens que demonstram posição social faz parte da cultura humana. Isso acontece, por exemplo, com o ouro em que cerca de 80% é extraído para peças de joalheria (MARTINEZ-ALIER, 2012: 146). Assim novas minas são abertas, apesar de todo o estoque já presente nos bancos – minério que já serviu de lastro para a economia mundial. Além dos impactos na terra, a mineração do ouro provoca a contaminação dos recursos hídricos e do solo com mercúrio e cianureto. Grande parte da mineração acontece em território de povos tradicionais e em reservas de florestas. Novamente, são as grandes empresas internacionais que promovem a extração como Newmont, Freeport, Anglo-American e Rio Tinto. Muitas dessas minerações contam com investimentos do Banco Mundial e de bancos de desenvolvimento nacionais. Igualmente identificamos diversos movimentos de resistência como o da Venezuela

onde uma mineração que seria realizada numa reserva ecológica foi impedida.

Racismo Ambiental

MARTINEZ-ALIER (2012) identificou em países como Estados Unidos e África do Sul o que chamou de "racismo ambiental". Cita como exemplo o despejo de resíduos próximo de comunidades afro-americanas, indígenas e latinas nos Estados Unidos. Um caso conhecido foi o de Warren na Carolina do Norte nos anos 1980 e outro foi a do Movimento sindical United Farm Workers na Califórnia envolvendo trabalhadores de origem latina nas viniculturas, contaminados por agrotóxicos. Nesse contexto alguns movimentos importantes surgiram como o Concerned Citizens of South Los Angeles, People for Community Recovery de Chicago, West Harlem Environmental Action de Nova York e muitos outros. Na Louisiana existe a chamada "Cancer Alley" que reúne comunidades pobres de afro-americanos localizadas próximas de refinarias e indústrias químicas como a Dow Chemistry. O líder Martin Luther King quando foi assassinado no Tennessee estava se dirigindo ao apoio dos trabalhadores da coleta de lixo.

Podemos classificar de "racismo ambiental" o próprio processo de colonização em que indígenas e africanos escravizados foram submetidos ao trabalho forçado e muitas vezes sujeitos a graus elevados de contaminação nas minas e até nas plantações. Fato que continua sendo repetido hoje com trabalhadores assalariados e podemos acrescentar atualmente as empresas de petróleo na África e na América Latina que continuam contaminando áreas de populações tradicionais.

O Fórum da Rede de Justiça Ambiental da África do Sul aglomera movimentos rurais e urbanos que lutam contra a contaminação e a instalação de indústrias poluentes em vários locais. Na África existe ainda um forte movimento para a manutenção de populações tradicionais nas reservas. A tendência é a expulsão das tribos em nome da preservação. Um caso simbólico na África do Sul é o da empresa britânica Billinton que quer ampliar seus negócios com a instalação de fábricas contaminantes próximas de comunidades pobres, alegando o benefício com o emprego. O amianto e o abesto é outro exemplo de produto altamente difundido e comercializado

pelos países pobres mesmo após a comprovação dos perigos para a saúde e sua proibição na Europa e na América do Norte. Na África do Sul muitos foram contaminados pelo produto no processo de fabricação.

A escassez de água é outro exemplo típico – a sua falta é muito maior nos bairros pobres dos grandes centros urbanos. É o caso de Soweto em Johannesburgo enquanto que a África do Sul promove incentivos como a redução dos custos de água e energia para as indústrias. Resíduos tóxicos estão sendo exportados para os países mais pobres. O Convênio da Basileia proíbe esse tipo de atividade, exceto para reciclagem e recuperação do material – fato que deixa muitas brechas para acordo com os governos corruptos e pouco preocupados com a saúde de seu próprio povo. Martinez-Alier (2012) lembra o acidente com resíduos radioativos que ocorreu em 1979 no rio Puerco no Novo México – fonte de água para o povo Navajo. Antes disso, entre 1944 e 1956 o povo indígena Yakima foi atingido por radiação no Estado de Washington. Os franceses realizam constantes testes nucleares em Maruroa no Oceano Pacífico e não na França. Os exemplos de “racismo ambiental” são muitos.

Petróleo

Hoje estamos consumindo petróleo duas ou três vezes mais rápido do que conseguimos prospectar. Como consequência, a fronteira da extração de petróleo está alcançando habitats naturais frágeis, colocando em perigo a saúde e a sobrevivência de diversas comunidades locais (MARTINEZ-ALIER, 2012: 144).

Movimentos importantes surgem contra a indústria de petróleo como o de Sobrevivência do Povo Ogoni na Nigéria que combate a Shell e o governo do país. Líderes como Saro Wiwa foram assassinados. No Equador também movimento popular surgiu contra a Texaco. Foi assim criada a Oil Watch – uma rede internacional que reúne movimentos de resistência locais contra a extração de petróleo e gás. No Brasil a descoberta do “pré-sal” em águas profundas também vem provocando impactos negativos nos

pequenos povoados da costa com a instalação de portos e infraestrutura para os grandes petroleiros. Descaracterizando paisagens e afetando os pescadores artesanais. A promessa de prosperidade para os municípios do litoral não aconteceu. Pelo contrário, cidades como Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, entraram em colapso com o superpovoamento, a urbanização desorganizada e a marginalidade. Enquanto isso, o Banco Mundial investe em gasodutos da Exxon na África. A Reserva Maia da Atmosfera – enorme área protegida da Guatemala com florestas primárias e ruínas do povo Maia - também está sendo ameaçada pela indústria do petróleo. Muitos movimentos ambientais utilizam hoje de processos judiciais contra as empresas de petróleo em seus países de origem como está acontecendo nos Estados Unidos, França e Holanda. No entanto, o retorno, quando acontece, é insignificante diante dos danos socioambientais provocados.

Florestas

Plantações de eucalipto e pinus para a produção de papel e a exportação de madeira é outra preocupação. Florestas primárias estão sendo destruídas e vários povos tradicionais perdem assim seus meios de sobrevivência. Na Tailândia, por exemplo, o movimento de resistência apelou para o valor sagrado das florestas e conseguiu apoio de religiosos budistas. A introdução de espécies exóticas em grande quantidade nas florestas originais é altamente prejudicial para a biodiversidade regional e coloca em perigo a total extinção de várias espécies da flora e da fauna.

As reservas extrativistas são exemplos do manejo sustentável dos recursos naturais e surgiu na Amazônia com o movimento dos Povos da Floresta liderado por Chico Mendes, assassinado em 1988 pelos pecuaristas no Acre. As Reservas Extrativistas foram criadas no Brasil em 1990 e surgiram com os projetos de assentamento extrativistas na Amazônia e com as demandas do Conselho Nacional de Seringueiros contra os interesses de madeireiros e dos projetos agropecuários em expansão na direção das florestas. As reservas extrativistas envolvem a exploração dos recursos naturais da floresta com a sua preservação. As reservas extrativistas são áreas de conservação ambiental protegidas pelo poder público e destinadas

às populações tradicionais que vivem com os recursos das florestas. A concessão para o extrativismo é entregue às associações locais e regionais. O Brasil criou além das reservas extrativistas da Amazônia as da região costeira para os pescadores artesanais e tradicionais. Além das atividades extrativistas as populações desenvolvem práticas agrícolas (CUNHA e COELHO, 2002). As populações extrativistas optam por uma vida simples e pela preservação de seus valores tradicionais ao mesmo tempo em que garantem a preservação dos recursos naturais. É claro que incomodam os interesses dos agronegócios e a expansão do mercado capitalista.

Um dos impactos mais marcantes em todo o mundo é o provocado pelas barragens e os movimentos de resistência também são marcantes. No Brasil temos o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que vem resistindo contra grandes empreendimentos como hidrelétricas e barragens que estão sendo construídas para abastecer polos industriais. É o caso, por exemplo, da barragem de Guapiaçu no município de Cachoeiras de Macacu no entorno da baía de Guanabara e próxima do Complexo Petroquímico em instalação. A barragem vai provocar o deslocamento de vários camponeses de seu território, além de produzir danos ambientais graves entre as montanhas de Mata Atlântica e os manguezais. O governo alega que a barragem é para o abastecimento de água de cidades próximas, no entanto a população local provou que a construção de quatro pequenas barragens, sem a expulsão de população rural resolveria o problema. O projeto do porto do Açú em São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro vai remover mais de 450 famílias de agricultores e pescadores tradicionais. Trata-se de mais um mega-investimento e empreendimento realizado pela mentalidade desenvolvimentista que predomina nas elites e nas políticas governamentais. O governo insiste nas megabarragens e nos megaempreendimentos que alteram paisagens e modos de vida. Na Região Norte do Brasil o governo está implantando enormes hidrelétricas em território indígenas e de preservação ambiental. A União Soviética foi responsável por um dos maiores desastres ambientais provocados por barragem que destruiu o mar de Aral. Hoje a China o cenário de construção de barragens de grande porte é marcante. Nos Estados Unidos o rio Missouri foi altamente alterado com obras de engenharia de grande porte e

a população indígena perdeu seu território de sobrevivência e simbólico. Todos esses exemplos estão na contramão do que defendem os especialistas em meio ambiente hoje que argumentam a favor de investimentos em soluções locais, com recursos locais e instalações de pequeno porte para a questão energética. Não se transporta energia ou resíduos – se soluciona no próprio local. As barragens inundam grandes territórios, transformam os regimes hídricos, afetam o clima regional, provocam a erosão e em muitos casos a salinização e impactam a biodiversidade. Principalmente, deslocam populações tradicionais.

O rompimento de barragens é outro impacto importante que acontece comumente em todo o mundo com consequências graves para a população e o ambiente. O maior desastre ambiental do Brasil até 2015 aconteceu em novembro deste ano em Mariana – Estado de Minas Gerais. Uma barragem com produtos tóxicos de mineração rompeu e a contaminação atingiu todo o vale do rio Doce – da serra até o mar. Imediatamente foram 12 mortos, 11 desaparecidos e mais de 500 desabrigados. O desastre afetou a saúde das pessoas e prejudicou a agricultura e a pesca ao longo do vale do rio Doce. A recuperação ambiental levará vários anos e o evento está entre um dos maiores desastres relacionados com mineração no mundo. O governo brasileiro vem facilitando o licenciamento ambiental para as mineradoras dentro do projeto desenvolvimentista de exportação. A contaminação de produtos tóxicos relacionados com a mineração, como o arsênio, eleva a temperatura da água e altera o PH dos recursos hídricos e do solo, além de estarem relacionados com doenças como os tumores. As indenizações nunca compensam os prejuízos socioambientais.

Geralmente quando ocorre um acidente ambiental de grandes proporções acontece um acordo entre o governo e a empresa responsável. Esse acordo na maioria das vezes conta com um discurso governamental afirmando das necessidades do progresso e das grandes obras, mas que devem obedecer a critérios de segurança. A empresa pede desculpas, apresenta um discurso semelhante ao do Estado e fala dos investimentos que vai promover na região atingida pelo acidente. Investimentos que vão beneficiar empreiteiras e de utilidade e eficiência questionável e que vão ser implantados sem a discussão com a população. Muitas vezes políticos e

empresários também se beneficiam com o ajuste ambiental. Os riscos assim continuam em nome do progresso econômico e de obras. Estamos assim multiplicando o mesmo paradigma.

A construção de barragens afeta significativamente o modo de vida da população local promovendo o que chamamos de desterritorialização. A comunidade local é imposta a conviver com um novo território. Os vínculos que acontecem em um território pelas relações de produção tradicionais são destruídos por essas obras. O espaço adquire assim um novo sentido relacional. A desterritorialização assim provoca uma reterritorialização que não é o fim de um território, mas a sua transformação. O mercado e o Estado transformam um espaço geográfico com seus empreendimentos e o território ganha uma nova função e, portanto, uma nova forma. Fato que muitas vezes se torna num processo de exclusão social e a população local é forçada a se deslocar. A reterritorialização, nesse caso, acontece num novo lugar. É o abandono forçado do território e do modo de vida tradicionais. O capitalismo e a globalização são os principais responsáveis por rupturas que destroem o cotidiano das pessoas, transformam profundamente as paisagens, alteram a organização social e a biodiversidade. O processo capitalista está permanentemente recriando e desaparecendo com territórios de uma forma acelerada e provocando a substituição de um modo de vida e de uma organização espacial que era muito mais sustentável por outra extremamente excludente e ambientalmente insustentável. O processo de migração sempre atinge o mais fraco e o deslocamento da população tradicional abre espaço para as empresas investirem em novos negócios (ROCHA e COSTA, 2010).

O capitalismo provoca a constante desterritorialização com a privatização do território e conta com o Estado para administrar e reorganizar esse espaço a favor dos negócios (HAESBAERT e BRUCE, 2002). As sociedades tradicionais e camponesas e as comunidades urbanas mais pobres são as primeiras a serem desterritorializadas e reterritorializadas.

A mídia exerce um papel importante nesse processo e impõe novos conceitos de território – modernos, consumistas, individualistas. Fazem com que os territórios tradicionais tenham aparência de ultrapassados e tristes.

Na era pós-moderna atual acrescentamos a desterritorialização acelerada provocada pelo virtual. Com a modernização, a chegada de novos investimentos e arranjos territoriais cria sujeitos em permanente desterritorialização. Acarreta assim a perda constante de identidade e rupturas na vida cotidiana. Este avanço da modernidade e da tecnologia é altamente excludente e antigos laços sociais são rompidos a favor do chamado desenvolvimento. Acontece assim um processo contínuo de desencaixes e reencaixes com a apropriação capitalista do território. Inclui assim o abandono absoluto ou relativo do território e a reterritorialização. Mas, como estamos apontando, surgem resistências importantes como do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Movimento dos Atingidos pelas Barragens no Brasil. As pessoas de várias formas resistem contra esse avanço da modernidade e do capital por optarem pela sobrevivência de seus modos de vida e espaços tradicionais que são muito menos agressivos com o ambiente e com os indivíduos.

Água e resistência

Vandana Shiva faz parte do Movimento Chipko. Ela conta que quando era pequena e filha de um guarda-parque no Himalaia, costumava beber e banhar-se nos rios de água azul das montanhas. Quando terminou seu doutorado retornou ao Himalaia e se deparou com outra realidade. As florestas tinham sido derrubadas e substituídas por plantações e o rio que frequentava tinha sido transformado num riachinho. Foi nesse momento que Vandana se juntou ao movimento formado por mulheres camponesas do Himalaia que durante toda a década de 1970 realizou manifestações contra a derrubada das árvores. Vandana defende que as florestas permitem tanto o abastecimento de água quanto o controle das enchentes que atingem o rio Ganges que nasce no Himalaia. Ela afirma que “as monoculturas importantes para a indústria, principalmente os pinheiros, estão promovendo as enchentes e as secas”. Em 1980 Vandana foi para Dehra Dun – onde nasceu e encontrou outro abuso com a água. Uma mineração gigantesca havia sido instalada. As mulheres camponesas da região acusavam o desaparecimento da água após a chegada da mineração. As mulheres do campo iniciaram então um *Satyagraha* que significa “luta pela verdade”, uma forma de ação direta por justiça. A luta iniciou-se em

1983 com o fechamento da estrada de acesso à mina. As camponesas permaneceram sentadas na estrada por três anos. O trabalho comum delas era cuidar do gado e levar água e lenha para casa. Organizaram-se para resistir. Foram atacadas pela polícia e uma delas ficou gravemente ferida. Uma resistente de 80 anos disse que sempre sobreviveram dos recursos naturais e que a força delas vem do *Sakati* – energia original e do *Prakriti* – criatividade original ou natureza. Vandana critica os engenheiros e suas obras. Segundo ela, o povo criou sistemas tradicionais de irrigação que nunca abalaram a natureza. Explicou que todos os povos da Índia surgiram no entorno da água tanto que *Ab* significa água e *Abadi* povoado. “Quando os homens pensam que são criadores, só pensam no que criam e perdem a habilidade de verem o que destruíram”, afirma Vandana. Ela conta que a construção de barragens, além de impactar os recursos hídricos, remove as pessoas. Enfatizou que na Índia onde uma barragem está sendo erguida, acontece também um movimento de resistência. Ela descreve vários casos de barragens que se tornaram inúteis ou pela falta de água para abastecê-las ou pelo assoreamento causado pela erosão. Fatos que são consequência do desmatamento. Vandana descreveu também os impactos provocados pelos altos investimentos na exportação de camarões que está destruindo os manguezais do litoral da Índia. Movimentos como o Tamil Nadu se formaram no litoral e utilizam as mesmas táticas do Chipko. As mulheres deitam na frente das escavadeiras para impedir a construção dos tanques. Na região durante 40 séculos a população conviveu harmoniosamente com a água e em um mês essa herança foi destruída, informou Vandana. Ela critica a entrada da lógica do mercado e dos investimentos internacionais apoiados pelo Banco Mundial.

Temos que colocar no mercado global para investidores estrangeiros comprar. Isso é o que acontece na Índia em que empresas podem agora comprar 50 mil hectares para plantar uvas para fabricar champanhe e tomates para o ketchup do Pizza Hut (SHIVA, 1996).

Além disso, essas monoculturas de exportação abusam com o uso de produtos químicos, denunciou.

Judith Mbula Bahemuka (1996) do Quênia ressalta a importância dos mitos e dos símbolos na defesa da água. Para a maioria dos povos da África a água é muito sagrada. Ela conta a história da construção de uma barragem no Quênia. Os mais velhos da tribo avisaram que o local era sagrado. O governo argumentou que locais sagrados não existem mais. A barragem foi construída e logo em seguida foram dois anos de estiagem. Como enfatizou Judith, “todos saíram perdendo”. Ela lamenta que a mitologia está sumindo e ganha cada vez mais espaço o discurso científico e a favor dos grandes empreendimentos. Adriano Martins (1996) fala do rio São Francisco que nasce na região chuvosa de Minas Gerais e cruza o semiárido do Nordeste. Na bacia do São Francisco vivem cerca de 10% da população do Brasil. Ele aponta os mesmos problemas de que falou Vandana e Judith: desmatamento, monoculturas de eucalipto e de grãos, construção de barragens e projetos agroindustriais. Adriano participou de uma manifestação que foi uma caminhada da nascente ao mar. Acompanham ele um padre, uma religiosa franciscana e um trabalhador rural. No caminho mobilizaram as organizações da sociedade civil, estudantes e educadores em defesa do rio. Ele afirmou que a população sempre teve uma aproximação com a natureza e considera o rio sagrado. Lembrou que a primeira imagem que o ser humano teve de si mesmo foi através da água. Foi quando refletiu sobre sua formação e seus limites. Waldemar Boff (1996) conta que a região de Petrópolis na Região Serrana do Estado do Rio possui água em abundância devido às florestas ainda bem preservadas na parte alta e que no verão as chuvas torrenciais causam enormes desastres com desabamentos, enchentes e muitas vezes mortes. No entanto, muitos pobres são obrigados a carregar água até suas casas nos topos dos morros. A cidade é um paraíso para alguns e miserável para muitos. No inverno o problema é a seca e os pobres são os primeiros a sentir a falta de água e os incêndios florestais são bem comuns. Waldemar defende como solução o fortalecimento das organizações populares. O povo deseja apenas um cantinho limpo e saudável para viver com dignidade, afirma Waldemar. Trata-se de um modelo de utopia bem simples e viável.

Ele lembra as mensagens de São Francisco de Assis que chama os elementos da natureza de irmã e irmão como a irmã água.

Multiterritorialidades

O próprio conceito de sociedade implica em sua territorialização onde existe sempre um contexto geográfico. Marx ressaltou uma forma de desterritorialização presente quando o camponês foi expropriado de sua terra e transformado em proletário, expulso do campo para a cidade. Assim como o burguês em constante movimento e se transformando de acordo com o mercado. Daí a famosa frase do Manifesto que afirma que tudo que é sólido e estável se desmancha no ar. O capitalismo provoca constante movimento pelo processo de acumulação, pela transformação técnica, pelo consumo em permanente renovação. Também pelo processo de exclusão, mobilidades forçadas e a luta pela sobrevivência. Hoje surgem termos como desterritorialização e multiterritorialização. Colocados como marcas de nosso tempo. No entanto, as interpretações de desterritorialização podem ser muitas. Pode estar relacionado com desculturalização, globalização e desenraizamento. Pode também estar ligado à formação de redes. Existe também a possibilidade de pensarmos desterritorialização como uma intensa territorialização - uma multiterritorialidade. Um processo de destruição e construção concomitantes de territórios junto com várias formas de mobilidades. O território possui assim algumas dimensões básicas como a política, a cultural, a econômica e a relação entre sociedade e natureza.

Associamos território também à área de acesso controlada. É o espaço onde acontecem as relações de produção. Os territórios naturais incluem necessariamente os sociais. O território usado revela a estrutura de uma sociedade. Possui um sistema de objetos e ações. O território também forma redes. Nos deparamos, portanto, com conteúdo técnicos e políticos. Espaço composto por conflitos que hoje são intensificados com a globalização capitalista. No território acontecem movimentos (circulações) e as resistências. Território envolve uma dimensão simbólica importante que inclui a identidade social e os fatores culturais. As sociedades usam o território para os seus recursos e nele constroem mitos e símbolos com

recursos visíveis e ocultos. Os povos tradicionais parecem ter mais forte apropriação simbólica, tornando-o mais sagrado. Todos os territórios constroem identidades e pertencimentos relevantes. Construídos num processo histórico.

O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações do poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder simbólico das relações de ordens mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2016: 79).

Estamos falando principalmente de relações de poder quando tratamos dos territórios. Trata-se de sua dimensão política que tem uma natureza econômica e simbólica. Podemos então afirmar que o território não é algo fixo e sim um recurso estratégico em permanente movimento e transformação. Formado por inter-relações entre espaço e sociedade. A comunicação torna-se um elemento extremamente relevante nas relações que marcam o território. Assim ocorrem forças de opressão e de resistência.

A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar o mínimo de dignidade (HAESBAERT, 2016: 92).

Alguns grupos procuram dominar através da construção de seu poder material e imaterial. Assim hoje consolida-se o poder de caráter global dominado pelas grandes empresas. A política é marcada por movimentações – pontos e fluxos de desterritorialização. Trata-se de ritmo, ações e movimentos de territorialização e desterritorialização, criação e destruição de territórios. Na desterritorialização abandonamos territórios e

na reterritorialização construímos territórios. No entanto, reterritorialização não é um retorno à territorialidade. Quando a humanidade tirou suas patas da terra reterritorializou-se nos utensílios com o uso da mão. Até o nômade possui território. Quando criamos técnicas, objetos e usos novos é necessário romper com alguns aspectos do território já existente. Operando-se uma desterritorialização com novos arranjos e novas funções. No entanto, não existe a desterritorialização absoluta. Há sempre uma reterritorialização. Todo pensamento para ser concretizado exige uma terra, um solo. A criação do Estado e do capitalismo envolveu ao longo da história várias desterritorialidades e a construção de novas territorialidades. As sociedades pré-capitalistas eram bem mais territorializadas e sofreram uma intensa desterritorialização com o processo de construção do capitalismo.

No próprio cotidiano passamos por vários processos de territorialização e desterritorialização. O trabalhador, por exemplo, no dia-a-dia passa pelo território da família, do transporte e do trabalho. No período atual pós-moderno identificamos uma desterritorialização que não representa a extinção de territórios e sim a dificuldade de se definir novos territórios. Tratamos de uma realidade múltipla, descontínua e extremamente instável. Relacionado com as novas tecnologias da informação que provocam desconstruções e exaltam as aparências e as ilusões. Tudo acompanhado da dessacralização da natureza. A modernidade, por sua vez, também criou seus mitos como o domínio técnico-racional de mundo. Fato que criou a extrema padronização e mercantilização do espaço, ainda mais radicalizado na pós-modernidade. Podemos afirmar que a desterritorialização é um princípio da modernidade e está presente em comportamentos como a concorrência e a busca performática, importantes para a acumulação capitalista, agora intensificado na pós-modernidade. A própria racionalidade técnica e científica é uma forma de desterritorialização. Contraditoriamente, a modernidade também é extremamente territorial na criação do Estado-nação.

O caráter imediato, de espetáculo e sensacionalista tornam, por sua vez, a pós-modernidade altamente esquizofrênica. Fato muito nítido nos espaços urbanos. A informatização sendo responsável por grande parte do

desencaixe do espaço e do tempo da era pós-moderna. Alguns exemplos são os cartões de crédito e os sistemas em que confiamos totalmente nos experts ou tecnologias que não visualizamos como numa viagem de avião ou numa transação bancária no celular. Encontramos hoje também o fenômeno que HAESBAERT (2016) chama de multiterritorialidade. Segundo o autor, desterritorialização possui três dimensões básicas: econômica, política e simbólica. Cada uma ligada a uma concepção do território. A exclusão social está incluída em todas estas dimensões. No sentido econômico está a globalização com a formação do mercado mundial, a flexibilidade locacional e o fortalecimento do sistema financeiro. Fatores apoiados pelas técnicas da informatização. O processo histórico responsável pela consolidação destas dimensões foi a acumulação primitiva do capital que iniciou a separação entre o trabalhador e o meio de produção. A população do campo foi expropriada de sua base e forçada a migrar para as cidades para trabalhar nas fábricas. Todo o processo de construção e reprodução do capitalismo é uma forma de desterritorialização, intensificado mais ainda com o neoliberalismo onde a circulação e os fluxos são mais importantes que as bases territoriais. Fluxos de energia, mercadorias, trabalho e capital. As empresas internacionais se organizam em múltiplos territórios. Processo onde existe, por exemplo, o território que oferece vantagens como subsídios, mão-de-obra barata e flexibilização de leis trabalhistas e ambientais para atraírem empresas.

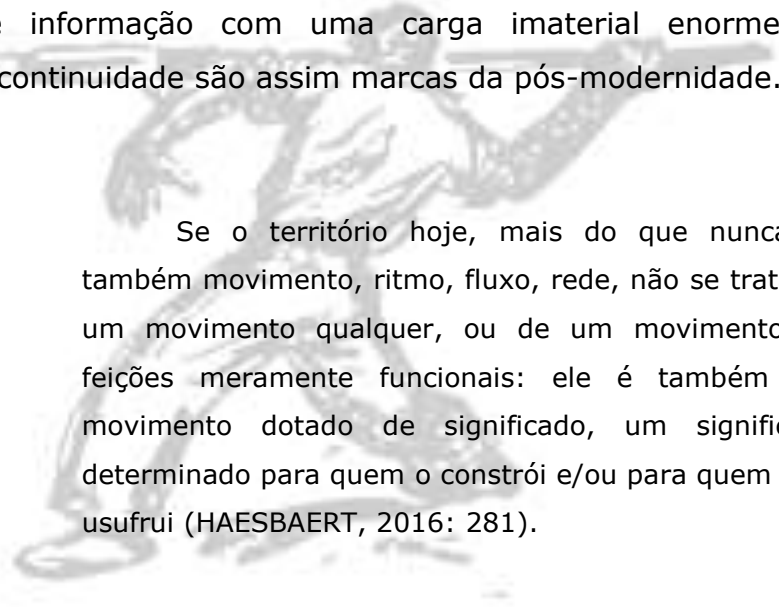
A dimensão política está presente no próprio Estado que tem tanto o papel de controlar fluxos como o de reduzir o controle de outros fluxos. Geralmente ligados aos interesses do mercado transnacional. Fato que inclui as privatizações e as terceirizações. Inclusive a privatização de setores que tradicionalmente seriam considerados de exclusividade do Estado por envolverem a soberania nacional. A desterritorialização do Estado que presenciamos foi causada pela globalização e a informatização. Antigamente correio, telégrafo e telefone eram controlados pelo Estado. Hoje assistimos o declínio deste controle. Predomina os interesses de empresas privadas onde a informática tem um papel relevante. Trata-se do ciberespaço. As redes são a base da economia e do poder. O declínio do controle dos Estados-nação é importante para o funcionamento do mercado

globalizado. No entanto, a lógica do Estado continua forte em vários aspectos como nos Estados Unidos o controle da imigração e das fronteiras e a ascensão de Estados religiosos e étnicos em várias partes do mundo. No próprio mundo do ciberespaço novas fronteiras são criadas. Os Estados ao mesmo tempo em que libertam algumas fronteiras para o livre funcionamento do mercado se comportam de forma inversa para impedir a entrada de imigrantes e para aumentar a força policial contra os pobres. Para proteger os mais ricos utilizam também da segurança privada.

Na dimensão cultural podemos enfatizar o mundo do consumo que cria identidades transnacionais, geralmente baseado em técnicas audiovisuais massivas para divulgarem produtos e visando grandes lucros internacionais. A padronização mercantil do consumo é uma característica de nosso tempo onde acontece a produção industrial da cultura tão enfatizada pela Escola de Frankfurt. Ao mesmo tempo, localidades com suas culturas próprias procuram resistir contra a cultura massificada. Elementos culturais tradicionais também penetram de várias formas na cultura de massa. Formam-se também, até na internet, várias "tribos" marginais. Na dimensão cultural novamente vemos uma multiterritorialidade em desenvolvimento. O continente americano é onde isto é bem marcante devido a sua própria formação: indígenas, europeus, africanos, asiáticos, judeus, árabes. Fato que criou e continua criando conflitos e combinações. Ressaltando-se o processo extremamente violento de desterritorialização da colonização marcado pela expropriação e o assassinato de africanos e indígenas. Fato que também acabou causando reterritorializações. Imigrantes e refugiados em todo o mundo criam novas territorialidades. A mobilidade acentuada (êxodos) é uma característica da pós-modernidade. Muitas provocadas pela flexibilização das leis trabalhistas e o desemprego e subemprego. A própria mobilidade pode ser uma construção de novos territórios. Movimentações são causadas por motivos políticos, econômicos, religiosos, ambientais e de trabalho. Os migrantes e nômades contemporâneos pós-modernos procuram de várias formas reconstruírem suas identidades culturais. Para os mais pobres nem sempre a mobilidade vai trazer uma realidade melhor e nem o novo território estabilidade. A precarização das condições de vida também pode ser vivenciada por quem

se encontra fixo. Pessoas estabelecidas em territórios, mas que se encontram desterritorializadas.

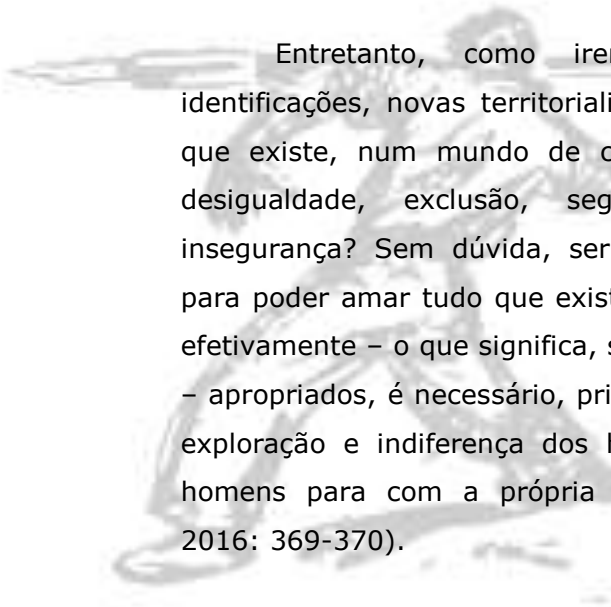
A extrema forma individualista da sociedade pós-moderna da informática e do consumo enfraquece as relações e as organizações sociais, nos aproximando do que podemos chamar de indivíduo-território. Acrescentamos a isso, o extremo controle exercido sobre os indivíduos como as câmaras espalhadas por todos os cantos das cidades. Temos que destacar em todo este processo o que HAESBAERT (2016) chama de "aglomerados de exclusão". Como já ressaltamos, as referências e identidades podem estar relacionadas a estabilidade e a mobilidade. Referências simbólicas são criadas nos fluxos e nas redes. Na era pós-moderna existe uma intensificação provocada pela rapidez e a quantidade de comunicação e informação com uma carga imaterial enorme. A fragmentação e descontinuidade são assim marcas da pós-modernidade.



Se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, fluxo, rede, não se trata de um movimento qualquer, ou de um movimento de feições meramente funcionais: ele é também um movimento dotado de significado, um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui (HAESBAERT, 2016: 281).

As grandes redes contemporâneas são as empresas transnacionais. As redes podem tanto estruturar quanto desestruturar territórios e a própria rede pode se tronar um território. O controle sobre os fluxos de informações é também uma forma de poder muito relevante. A exclusão social é a grande causa do comportamento imprevisível e instável de hoje, agravado pela falta, cada vez mais acentuada, de um emprego ou um domicílio estável. Este grupo de excluídos é instável, está em movimento constante e geralmente vive em condições bem precárias. Fazem parte dos movimentos de massa de hoje como o dos refugiados. Estes excluídos estão o tempo todo tentando se firmar – reterritorializar. Muitos excluídos acabam sendo

cercados ou isolados em espaços altamente vigiados e controlados. Estamos num mundo pós-moderno, pós-fordista muito caracterizado pelas múltiplas territorialidades formadas por territórios-rede sobrepostos e descontínuos. Estamos também muito distantes da concretização de um território global como alguns defendem, apesar da chamada globalização. Processos de integração e de diferenciação são concomitantes. As Multiterritorialidades vão depender do contexto social e dos meios econômicos, culturais e políticos dos indivíduos e dos grupos. Trata-se de um processo em constante movimento. Assistimos cada vez mais a multiplicidade de identidades, o aumento da condição híbrida. Precisamos lutar pela construção de novas territorialidades com justiça socioambiental.



Entretanto, como iremos construir novas identificações, novas territorializações, e amar tudo o que existe, num mundo de crescente e abominável desigualdade, exclusão, segregação, violência e insegurança? Sem dúvida, seria redundante lembrar, para poder amar tudo que existe e construir territórios efetivamente – o que significa, sobretudo, afetivamente – apropriados, é necessário, primeiro, acabar com toda exploração e indiferença dos homens entre si e dos homens para com a própria natureza (HAESBAERT, 2016: 369-370).

Queremos também um mundo mais devagar. A velocidade e o consumo ilimitados nos tornam sem identidade e desprovidos de territórios.

As identidades são socialmente construídas e incluem a memória coletiva, as relações de poder e os aspectos simbólicos e culturais que formam um tipo de pertencimento territorial. Apesar de toda a desterritorialização e reterritorialização provocados pela modernidade e pós-modernidade podemos identificar a resistência cultural em que estilos de vida tradicionais se expressam nos novos territórios. Espaços socioculturais afastados pelo processo de expansão do capital são recriados

mesmo em locais distantes de suas origens. Os migrantes e imigrantes fazem isso como os nordestinos brasileiros que recriam elementos de sua cultura original nas favelas do Rio de Janeiro e São Paulo, os turcos em Berlim, os chineses e caribenhos em Nova York. Geralmente, nessa resistência sociocultural predominam justamente os aspectos da vida da aldeia camponesa e da culinária que marcam as tradições desses povos. Apesar de todo o intenso avanço da globalização que tende a desenraizar as pessoas. Os espaços geográficos são onde materializamos as relações sociais e de poder, mas são também onde recriamos e resistimos.

A globalização não é hegemônica e uniforme. Os povos fazem com que seus aspectos simbólicos sobrevivem, mesmo quando expulsos de seus territórios de origem. A desterritorialização e reterritorialização da globalização pós-moderna é altamente complexa, diversa e contraditória e as resistências crescem. Existe um processo, portanto, de criação de novas identidades. De várias formas os modos de vida camponeses e dos povos tradicionais reaparecem nos espaços urbanos pós-modernos. Assistimos assim nas cidades o surgimento de hortas e jardins, feiras de rua com comidas típicas, centros de artesanato, áreas protegidas, bairros étnicos.

Considerações finais

Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização sempre fizeram parte da história da humanidade. Com a modernidade se intensificam com as aberturas de estradas, construção de hidrelétricas e barragens, instalação de parques industriais, usinas e refinarias, expansão dos agronegócios, inauguração de novos conjuntos comerciais e residenciais. Envolve uma multiplicidade de processos, sentimentos e significados e provoca a destruição ou o abandono forçado de territórios e de modos de vida.

O território extrapola o espaço geográfico e envolve aspectos comportamentais, culturais, estéticos, cognitivos, sociais. A desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis onde acontecem novas relações, funções e arranjos. As sociedades pré-modernas eram muito mais territorializadas. Perguntamos então: Para que tanto

consumo, gerando tantos resíduos? Para que tanta velocidade? Precisamos estar sempre expandindo para novos territórios?

Referências

BAHEMUKA, J.M. "Water – Myths, Symbols and rituals in Sub-Saharan Africa" in Verdagsatelier, A. S. **Wasser: Okologische, Politische und Mythologische Positionen**, Paris-New York: Grtaz-Esztergom, 1996.

BOFF,W. "a Political look at the Natural Resources from the standpoint of the peoples in the South" in Verdagsatelier, A. S. **Wasser: Okologische, Politische und Mythologische Positionen**, Paris-New York: Grtaz-Esztergom, 1996

CUNHA, L.H. e COELHO, M.C.N. (2002) "Política e Gestão Ambiental" in CUNHA, S.B. e GUERRA, A.T. **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens**, RJ: Bertrand Brasil.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**, RJ: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT,R. e BRUCE,G. "A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari", Departamento de Geografia, Niterói: UFF, 2002.

MARTINEZ, J. A. **O Ecologismo dos Pobres**. SP: Contexto, 2012.

ROCHA, G.S. e COSTA, J.E. "Do Território à Desterritorialização: o caso dos atingidos pela barragem de Anagé (BA)" in **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, Porto Alegre, 2010.

SHIVA, V. "Our vanishing waters: daughters of the Earth, Rise!" in Verdagsatelier, A. S. **Wasser: Okologische, Politische und Mythologische Positionen**, Paris-New York: Grtaz-Esztergom, 1996.

